

AS COMENDAS DE ALMOUROL E CARDIGA, DAS ORDENS DO TEMPLO E DE CRISTO, NA IDADE MÉDIA

Por João José Alves Dias*

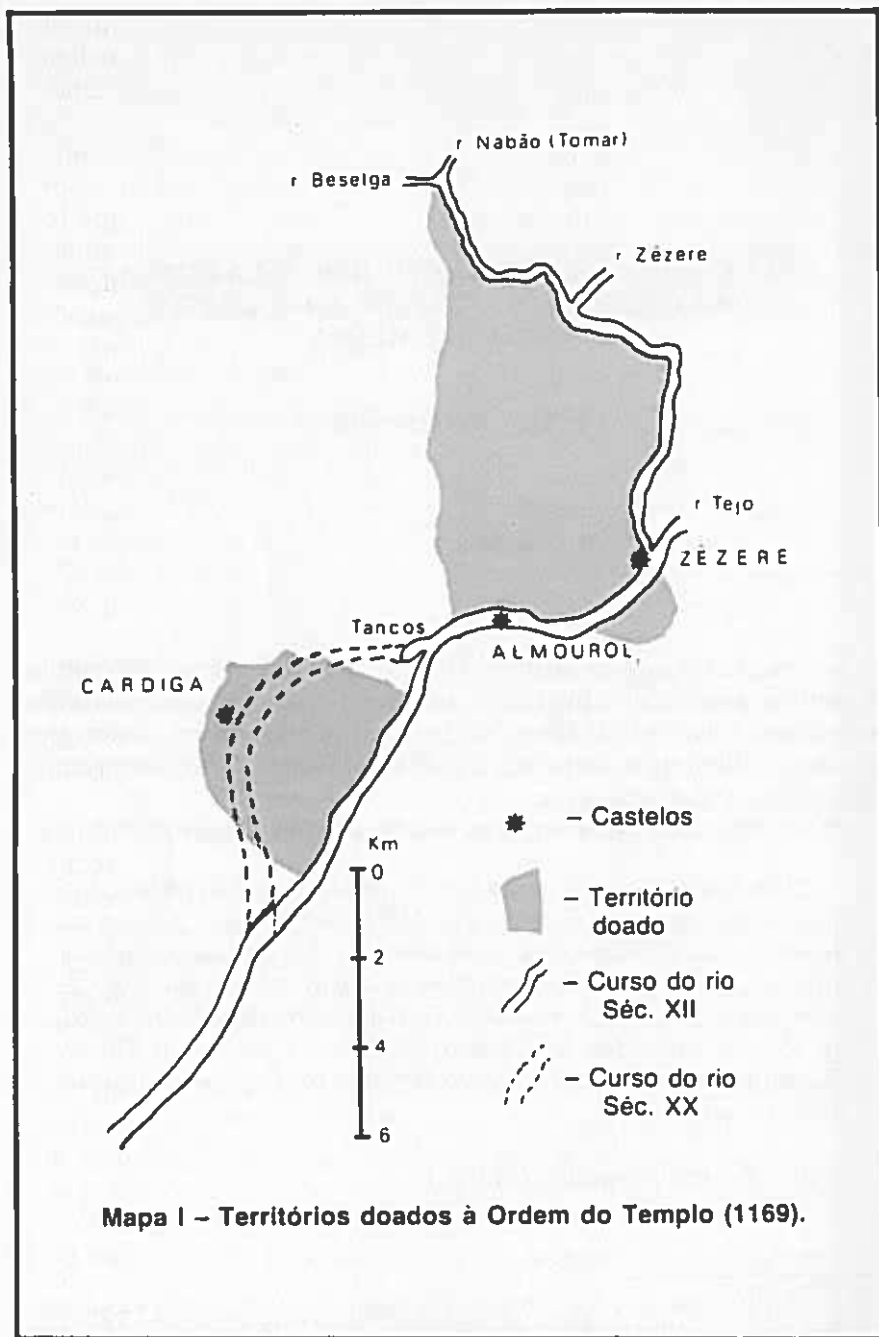
Foi em 1169 que D. Afonso Henriques confirmou à Ordem do Templo a doação que lhe fizera, dez anos antes, do Castelo de Tomar e seus termos e da Igreja de Santiago de Santarém, tendo-lhes doado também os castelos do Zêzere e da Cardiga assim como os territórios a eles adjuntos.

O território de “Ozêzar” era doado com os seguintes limites:

“Em primeiro lugar pela foz do Beselga, e daí, pela estrada que se chama de Penela, até Alfeigiadoa, e daí, pelo cimo do monte de Alfeigiadoa, pela vertente das águas do lado de Tancos, e daí, como o monte entra até ao fundo do pego de Almourol, e daí, pelo meio do Tejo até à foz do Zêzere, e daí, do Zêzere até à foz do Tomar (Nabão), e daí, pelo Tomar (Nabão), como vai até à foz do Beselga onde primeiramente fizemos começo”.

A doação era perpétua (Mapa I).

* Licenciado em História (U.N.L.), Assistente do Departamento de História da F.C.S.H. – U.N.L.



Neste território foram restaurados os castelos do Zêzere e de Almourol que, devido à sua situação, juntamente com o da Cardiga, travavam para Norte a marcha dos Muçulmanos, ao tempo ainda no Além-Tejo.

Em Junho de 1174, o território recebia foral, tendo como centro de administração o castelo de "Ozêzar", a que estava ligado o "oppidum" ou recinto amuralhado onde viviam os moradores e que foi construído por volta de 1172. Pelos nomes das testemunhas do foral, como "Boninus", "Broes", "Arlote" e "Pouvas", que podemos supor serem Templários e moradores em Zêzere, supomos que um núcleo de estrangeiros, de Além-Pirinéus, vindos, porventura, com a Ordem, ali se teriam estabelecido. Junto do Castelo, construiu-se uma capela consagrada a Santa Maria do Zêzere, e oferecida ao Papa Urbano III (1185-1187), o qual a isentou de toda a jurisdição ordinária e a fez "imediate sujeita à Santa Sé Apostólica", integrando-se, pela Bula "Justis pententium desideriiis" do mesmo Papa, data de Janeiro de 1186 ou 1187, no território *Nullius Diocesis*, não dependente de nenhum Bispo de Portugal. A partir do século XVI ou XVII, todavia, mudou-se a invocação para Santa Maria ou Nossa Senhora da Conceição.

Os poucos e insuficientes estudos sobre a Ordem do Templo quase nada adiantam sobre as comendas desta Ordem e a sua administração. Assim, embora não haja bases sólidas para afirmar que os castelos do Zêzere, Almourol e até da Cardiga constitufam uma única comenda, julgamos que o eram.

Esta nossa hipótese é baseada nos seguintes factos:

1.º — Não conhecemos nenhum comendador, até ao século XIV, para Zêzere ou para Cardiga, aparecendo apenas referenciados, em alguns documentos, comendadores para Almourol. É provável que, estando todo o território sob a mesma administração, fosse o seu comendador denominado em função do castelo mais importante, o que assumia significado especial em relação à Reconquista.

2.º — Frei António da Encarnação, numa "Breve Narração" sobre a Comenda da Cardiga, escrita em 1800, perfilha a mesma ideia, de uma única comenda no território doado em 1169 à Ordem do Templo, ao dizer: "*os bens da Cardiga foram divididos para o comendador dela, para o de Almourol, e para a vigaria de Tomar*", quando se refere à passagem das comendas do Templo para a Ordem de Cristo.

3.º — O "catálogo de todas as Igrejas" feito nos anos de 1320-21,

antes, portanto, da primeira Constituição e Ordenação da Ordem de Cristo, de 11 de Junho de 1321, referencia uma só Comenda para a região, a Comenda de Santa Maria do Zêzere, assim denominada devido à igreja, não falando em todo o texto, nem da Comenda de Almourol, nem na da Cardiga, que já aparecem naquela Ordenação. Assim, e embora o documento mencione esta comenda como sendo da Ordem de Cristo, tudo nos leva a supor que o rol estava baseado na divisão das comendas da Ordem do Templo.

O primeiro comendador encontrado para todo este território (Zêzere, Almourol e Cardiga) foi D. Gil, referenciado como comendador de Almourol em 1188, desempenhando o cargo, em 1201, João Domingos. Em 1231 havia novo comendador, um tal irmão “Beltradius”, que serviu de testemunha no foral da Vila de Ega. Encontramos como comendador, em 1302, Gonçalo Fernandes.

Com a extinção da Ordem do Templo, em 1312, D. Dinis obteve do Papa João XXII a criação de uma nova Ordem nacional. Assim, pela Bula “Ad ea ex quibus”, de 14 de Março de 1319, determinou-se que a nova ordem se denominasse “Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo”, passando para ela todos os bens e pertenças da Ordem do Templo, nos seguintes moldes:

— E outorgamos e doamos e ajuntamos e incorporamos e anexamos para todo o sempre, à dita Ordem de Jesus Cristo [...], Castelo Branco, Longroiva, Tomar, Almourol e todos os outros castelos, fortalezas e todos os outros bens, móveis e de raíz.

Por uma bula dada em Avignon (23. Maio. 1320), o Papa João XXII concedeu a D. Dinis, como subsídio de guerra contra os mouros, a décima de todas as rendas eclesiásticas de seus Reinos (excepto as que pertenciam à Ordem de Malta). Elaborou-se assim um rol de todas as igrejas, comendas e mosteiros de Portugal, com a indicação das respectivas rendas e, por conseguinte, do seu valor. Por essa lista ficamos a saber que a Comenda e Igreja de Santa Maria do Zêzere estava avaliada em 1170 libras. (“A Igreja de Santa Maria do Zêzere, que é da Ordem de Cristo, em duzentas e quarenta libras [...]. A Comenda da mesma igreja, com a pensão que tem para o convento, em novecentas e trinta libras.”).

Analizando as Comendas da Ordem de Cristo, geograficamente situadas em regiões próximas (Beselga, Lousada, Paul, Pias, Prado – todas com 807 libras cada – e Pinheiro – com 390 libras), verifi-

camos que a Comenda de Santa Maria do Zêzere era a que tinha valor mais elevado.

Com a aprovação do primeiro regimento da Ordem de Cristo em 11 de Junho de 1321, na zona que estudamos, foram instituídas duas Comendas, a de Almourol e a de Cardiga, com os respectivos comendadores, tendo cada uma de pagar de renda ou tença, 250 libras por ano ao convento da Ordem – em Tomar. Foi, pois, nesta data, que a Comenda de Santa Maria do Zêzere se dividiu em duas, a de Almourol e a de Cardiga, tomando o nome dos dois mais importantes castelos da zona, do ponto de vista militar. A região conhecera, porventura, um considerável desenvolvimento económico e demográfico nos séculos XII-XIII, o que motivou a sua divisão.

Servindo-nos ainda do mesmo regimento de 1321, podemos afirmar que as Comendas de Almourol e Cardiga ocupavam a oitava posição, em grandeza económica, entre as trinta e oito comendas que constituíam o total da Ordem. (À sua frente situavam-se *Tomar*; a constituída pela união de *Rio Frio*, *Fonte Arcada* e *Couto de Braga*; as comendas de *Pombal*; *Castro Marim*; *Soure*; *Ega* e *Dornes*), o que denota a sua importância.

O primeiro Mestre da Ordem de Cristo morreu no mesmo ano de 1321. Seguiu-se-lhe D. João Lourenço, que elaborou nova Ordenação das Comendas, aprovadas pelo rei em 16 de Agosto de 1326. Este Regimento ou Constituição, em muito semelhante à primeira, estabelecia apenas trinta e seis comendas. Reduzia, também, as tenças a pagar pelas de Almourol e Cardiga (tenças essas a pagar ao Comendador de Idanha-a-Velha, em vez do Convento), de 250 para 100 libras por cada uma das Comendas. Mas este abaixamento de tença não significava contracção económica, muito pelo contrário. A sua posição económica em relação ao conjunto de todas as Comendas da Ordem passou de oitavo para o quarto lugar. (À sua frente ficaram apenas: *Tomar*; *Pombal* e *Soure*). Numerosas doações de particulares e eclesiásticos à Ordem e, por conseguinte, às comendas, explicam um tal desenvolvimento. Sirva de exemplo a doação feita à comenda da Cardiga, em 1323, de um território particular que pertencia a um antigo freire da Ordem do Templo.

Como já vimos, foram criadas na região em estudo, duas comendas, Almourol e Cardiga, ficando a primeira com o Castelo de Almourol e algumas courelas “místicas” (mistas) no campo da Cardiga; e a segunda, com a quinta da Cardiga e território adjacente, com as outras courelas “místicas” do seu Campo, e com o Julgado e Igreja de Santa Maria do Zêzere, assim como os territórios do lado Sul

do rio Tejo, no local da Broca.

O Território do Zêzere (que vai passar a ser denominado pelo antigo nome de Paio de Pele), ficava, pois, sob a administração da comenda da Cardiga. Em todo o caso não vamos limitar o nosso estudo a esta comenda, pois este mesmo Território irá passar à posse da Comenda de Almourol, no século XVI, como havemos de ver em seu tempo.

Segundo as Ordenações de 1321 e 1326, cada Comenda devia ter o seu Comendador. Todavia, por um documento de 1333 (2 de Novembro) sabemos que continuavam as duas comendas (Almourol e Cardiga) sob a mesma administração — a do Comendador frei João Lourenço. E esta situação mantinha-se em 5 de Março de 1340.

Só no último terço do século XIV é que vamos encontrar a divisão efectiva em duas comendas, com comendadores diferentes, como o mostra a seguinte lista dos respectivos titulares que conseguimos reconstituir com a consulta de documentos avulsos onde estes comendadores assinaram como testemunhas:

Datas	Comenda de Almourol	Comenda da Cardiga
1372	frei Rodrigo	
1374	Rui Gonçalves	Gonçalo Martins
1383	Bernal Focim	
1385	Martim Gonçalves	
1390	Diogo Gonçalves	Gonçalo Marques
1409	Diogo Gonçalves	Gonçalo Dias
1426	Lopo Dias	Rogel Holanda
?	Gonçalo Velho	Pedro Gonçalves Corrutelo
1467	Rui Velho	
1489		Heitor de Sousa

Os bens materiais do território iam aumentando. Em 1383, D. Fernando outorgava a Bernal Focim o direito sobre o pescado

do rio Tejo, junto do castelo; doação essa que foi confirmada e aumentada em zona piscatória por D. João I, em pagamento dos preciosos serviços prestados pelo comendador do castelo de Almourol na guerra com Castela. Estas doações levam-nos a concluir que o rendimento da pesca na zona era muito importante. Mais tarde, em 1398, o mesmo rei tentou receber metade do imposto pago (2 peixes por cada 18 pescados) mas a Ordem reclamou e conseguiu que tudo lhe continuasse a pertencer.

Com a ligação íntima da Ordem de Cristo à epopeia e ao início dos Descobrimentos, as duas comendas não lhe devem ter ficado alheias. O *Relatório* do espião castelhano Ruy Diaz de Vega, ao rei Fernando I de Aragão, datado de 23 de Abril de 1415, diz: “*El Prior et los maestros mandan fazer senhas galeotas de sesenta rremos cada uma, [...]. Et fazenlas en el rryo Sesar [Zêzere], que es cerca de Puñete [...]. Et ellos estan todos en sus tieras, adereçando pera la partyda, que an todos de partyr com el rrey*”.

Ora se as barcas eram feitas na região que estudamos, era natural que os respectivos habitantes também partissem nelas. Para mais, o famoso frei Gonçalo Velho, que povoou algumas ilhas dos Açores, era, como já vimos, comendador de Almourol. É mais do que provável que levasse gente da sua comenda. Gaspar Frutuoso, escritor do século XVI, na sua obra *Saudades da Terra*, prova-o ao dizer que “*Martim Vaz de Bulhão vedor e contador da fazenda de D. João II nos Açores, casou em Portugal dentro no Castelo d’Almourol, com Isabel Botelha, sobrinha de Rui Velho, Comendador de Almourol*” (Liv. IV, p. 32).

Na verdade, dentro do castelo de Almourol havia desde 1467 (13 de Dezembro), chão sagrado, pois nessa data foi inaugurada a capela erigida junto à porta do castelo, de inovação de Santa Maria.

Em 1489, aparece pela primeira vez, um documento em que figura o nome de “Pay de Pelle” dado à região outrora chamada de “Ozêzar” ou “Zêzere”. Tratava-se de um modelo ou formulário de um instrumento de visitação, dado pela Ordem de Cristo aos visitantes das suas igrejas.

É pois natural que o nome de Paio de Pele viesse sendo dado ao Território onde se desenvolvera “Ozêzar” desde tempos antigos.

Segundo defendemos no estudo *Do “Pagus” ao Paio (Notas sobre a administração Romana em Portugal)*, — feito em colaboração com A. H. de Oliveira Marques — a origem do termo “Paio” vem do latim *Pagus*, que significava “terra” ou “território”, ou, por

outras palavras, uma circunscrição rural. O pagus era, por vezes, designado pelo nome dos seus habitantes e, outras, pelo nome da sua capital. Sendo assim, “Paio de Pele” ou “Paio Pele” seria, em tempos da romanidade o “território de Pellus”, designando “Pellus” o nome de qualquer proprietário ou senhor influente ligado à região (o antropónimo *Pellus* aparece com frequência na Lusitânia do período romano. Conhecemos um, numa placa de Porto de Mós).

Dizíamos que em 1489 aparece, pela primeira vez, um documento em que figura o nome de “Pay de Pelle” dado à região outrora denominada de “Ozêzar” ou “Zêzere”. A Igreja continua a chamar-se de Santa Maria do Zêzere. Esse território passa a ser designado por Julgado de Paio de Pele, ou “villa de Paio de Pele” nos começos do século XVI, e ocupava uma área que calculamos em cerca de 1663,5 hectares, a que estava adjunto o “termo da villa” que ocupava aproximadamente 360 hectares (mapa III).

Assim, nos começos do séc. XVI, o conceito de “villa” continuava idêntico ao que Alberto Sampaio analisou para os séculos X e XI, pelo menos no seu aspecto geográfico: “unidades rurais de exploração da terra”, embora já plenamente desagregadas, para efeitos fiscais, nos casais que as constituíam.

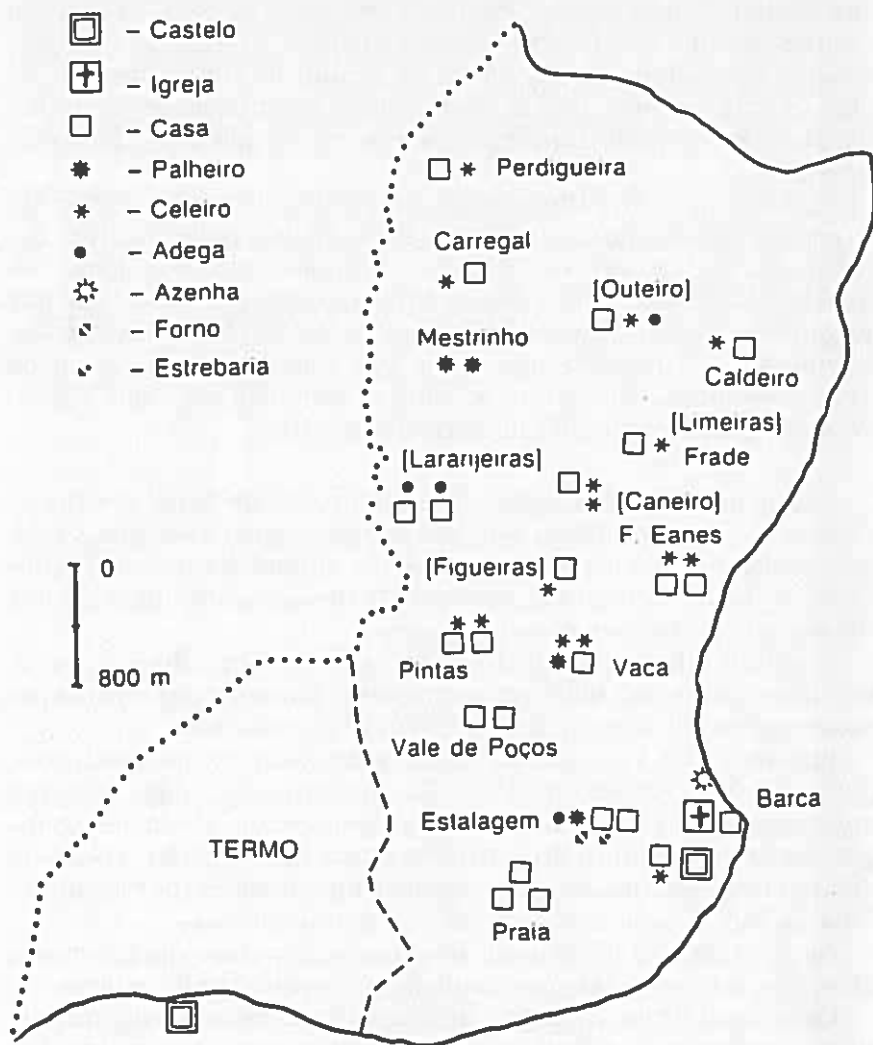
Contudo, aquilo que constituía raridade no Norte do País, ou seja “vilae com os seus 600 hectares de área” parecia mais normal para as regiões do centro, devido às condições da terra.

Julgamos que Paio de Pele não era um caso excepcional, pois, percorrendo o “censo” de 1527-32, encontramos “villas” de área aproximada, ou porventura maior, e algumas com ainda menos fogos, tanto no conjunto do território como no chamado “corpo da villa”, ou seja, no núcleo que originaria um povoado (por exemplo: “vila de Rei” e “vila d’Alvaiazere” na Estremadura).

Na área da vila de Paio de Pele havia dispersos quinze casais agrícolas, a uma distância calculada em média de 800 metros.

Cada casal tinha, em regra, uma casa e um celeiro. Alguns possuíam também palheiros e, mais raramente, adegas. No máximo haveria umas duas dezenas de “casas”, na vila, destinadas quase todas a habitação dos rendeiros. As “casas” eram feitas de “pedra e barro, madeiradas de castanho”, sendo uma parte coberta de cortiça e outra de telhas. Os palheiros eram quase sempre cobertos de palha.

Pelo *Tombo dos bens e produção* de comenda, realizado em



- Mapa social da «vila» (1504)

1504, podemos conhecer um pouco a organização económica da vila.

Todos os casais produziam cereais: trigo (66%) e centeio (34%). Dos quinze casais, dez cultivavam vinhas e oliveiras e oito continham pomares: entre as árvores plantadas havia ameixoeiras, pereiros, laranjeiras, figueiras e romanzeiras.

Por este panorama de produtos, podemos compreender a existência de “celeiros” em quase todos os casais assim como de duas “adegas” no corpo da “villa”.

Ao lado dos terrenos cultivados, estavam os “matos maninhos” que serviam para pastagens; corte de madeira, mata e lenha, para uso comum.

Os casais podiam estar emprazados em “fatiota” (ou “enfiteuse”) – isto é, perpetuamente – ou em vidas (quase sempre três). O foro era pago em géneros e a Ordem recebia ainda metade do rendimento da barca no Zêzere.

Não podemos dizer que as comendas tivessem muitos habitantes. Não andaria longe da centena o número total da sua população. Contudo, registavam algum desenvolvimento económico. Em 1505 foi projectada uma saboaria, doada às freiras do mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Em 1517, D. Manuel nomeou ainda um capelão permanente para o antigo território de “Ozêzar”, obrigado a dizer seis missas por semana. Em Dezembro de 1519, o mesmo rei renovou o foral de 1174 ao “covento de Pay de Pelle da Ordem de Cristo” – nome com que aparece designado todo o Julgado. O Senhorio desse Território continuava a pertencer à Comenda da Cardiga, embora tendo no seu termo a sede da Comenda do Almourol – o castelo com o mesmo nome, o que nos mostra que havia unidade administrativa e senhorial.

Porém, em 1536 (28. VIII) a comenda da Cardiga deixava de constituir uma unidade jurídico-administrativa. Dada a proximidade territorial com Tomar, e dada a necessidade que o Convento sede da Ordem tinha de terrenos para os seus gados, a Ordem uniu à sua administração directa a comenda da Cardiga, criando, em seu lugar, a comenda da Igreja de Santiago de Santarém. Assim, a comenda da Cardiga foi extinta em Março de 1537, pela Bula *Meritis Vestrae* de Paulo III.

Logo a 22 de Março do mesmo ano, D. João III, como administrador da Ordem de Cristo, determinou, por alvará, que se mandasse proceder à “entrega” da comenda da Cardiga com todas as suas terras e pertenças e da igreja da Santa Maria do Zêzere “que he da

dita comenda” ao Convento da Ordem em Tomar.

Porém a “vila” de Paio de Pele não se manteve muito tempo sob a dependência directa do Convento de Tomar.

Em Janeiro de 1540, foi avaliado todo o concelho e, a 12 de Março do mesmo ano, o Julgado era dado à comenda de Almourol “com todas as suas rendas e foros” em troca das courelas “místicas” que Almourol tinha nas terras do Campo da Cardiga. Uma boa troca para o Comendador de Almourol, pois todo esse território dado em troca acabaria por desaparecer submerso nas águas do rio que vai mais tarde fazer o seu leito nesses campos.

Assim, quatro séculos passados, o “território de Ozêzar” dado por D. Afonso Henriques em 1169 recobrava praticamente a sua unidade primitiva. Quase todo esse território voltava a ficar sob uma mesma administração senhorial... .

NOTA FINAL

Este trabalho é um resumo da monografia *Paio de Pele: a vila e a região do século XII ao XVI*, Santarém, V. N. da Barquinha, Assembleia Distrital de Santarém, Câmara Municipal, 1989. O leitor poderá aí encontrar as notas de rodapé, fontes e bibliografias necessárias. Mantivemos neste texto a "oralidade" da comunicação.

(7.III.1991)

